

arquivo



administração

PUBLICAÇÃO OFICIAL  
DA ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS  
v. 9 n. 3 dezembro 1981

*Os Arquivos  
e a Avaliação  
de Documentos*



2577 Clas. PER  
vo & Administração  
.3  
dez.1981

Do q' se contem no requerimento dos Contratadores da neve posso atesta-  
ser tudo verdade, porq' de tudo fui bem informado nos tempos em q' succedeu.  
Nao creio haverá quem duvide q' convem favorecerlos p' q' acabem de aperfei-  
zar sua empresa de q' resultará a esta Cid. ser provida de neve com mais  
abundancia, prontidao, e certeza; assim porq' eles sao dignos deste favor pela  
grande despeza q' ja tem feito, e pelo mto. trabalho q' lhes tem causado, como por  
se por falta de proteccao se virem obrigados a desistir deste neg.º, nao hãe  
outros q' se queiram meter nele.

Presuposto isto, tres pontos se devem tomar em consideracao p' a vez  
lucal da consulta do Senado: 1.º o tempo q' deve durar o privilegio renovado  
2.º o preço porq' deverã os Sup.ºs neste t. ipo dar a neve: 3.º as penas  
pelo contrato antecedente estavam sujeitos quando faltarem com a neve.

Quanto ao 1.º em todas as fabricas, e estabelecim.ºs novos se con-  
tumã conceder anos de privilegios bastantes nas lo.ºs a sua firme fundacao, m.  
q' deixarem lucro aos q' os empreendem. Esta maxima q' se pratica ainda  
a respeito daquelas couzas, q' cadaqual pode continuar depois de introduzidas,  
mto. mais deve ter lugar na introducã das nevencas, q', como ja disse, nãe  
outro proseguirã, se os Sup.ºs se deixarem disso. Nem o privilegio q' elles  
pedem se porq' possam recear, q' outros intentem empresa semelhante a sua,  
mas porq' Marcos Alvares, ou algum outro os nas' vendas perturbar con-  
duzindo neve da Serra da Estrela. Pelo q' me parece, q' o privilegio se de  
renovar aos Sup.ºs pelos dez anos q' pedem, visto q' publico nada creio a p' se  
deu nisso, antes tirará a conveniencia de q' eles animados com esta gra-  
viao continuando os gastos q' ainda serã necess.ºs p' elegarem ao fim da em-  
presa.

Pelo q' toca ao preço, seja foye certo, q' os Sup.ºs todos os anos, ...  
em Montejunto todo o provimento necess.º, bem poderia fazer velles o arrat.  
de neve ou gelo a trinta reis, porq' no grande consumo tiraria hãe razoavel  
conveniencia. Porém como ainda está mui longe desta certeza, e foye se  
pontos ahaverem de mandar vir neve da Serra da Estrela, ou por se  
barã de Montejunto, ou por haver passado o inverno sem gelar totalmen-  
naquelle sitio; e alem disto se achas' em descuberto da grande despeza q' tem  
feito, parece, q' toda a equidade persuade, q' se lles permita a venda de  
neve por 40 R. o arratel em todos os dez anos, no q' ja o publico lucra  
um vintem do preço por q' antes o comprava; ou ao menos q' se lles permita  
venda nos primeiros seis anos a 40 R., e nos quatro seguintes a 30 R., porq'  
quando se eleger a este, conforme as circumst.ºs, e o estado em q' se acharã

O transcurso do 10.º Aniversário de fundação da AAB proporcionou o ensejo de nos fixarmos mais atentamente em pontos decisivos no que se refere aos estudos relacionados à Arquivística e que, por isso, revelam-se objeto de especial atenção por parte dos profissionais da área.

O Seminário **A Arquivologia Contemporânea em Debate**, realizado nos dias 21, 22 e 23 de outubro, no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, constituiu-se numa oportunidade que tiveram os profissionais de arquivo de debater questões cuja relevância manifesta-se na própria seleção dos temas: **Os Arquivos e a Avaliação de Documentos; Publicações de Arquivos: Seu Papel e Significado e Construção de Arquivos**. A qualidade dos trabalhos apresentados deve-se à participação de renomados especialistas aos quais é creditado o grande êxito deste evento.

A presença de estudantes, em número significativo, deu-nos a satisfação de constatar que começam a produzir resultados os nossos esforços no sentido de promover maior aproximação entre aqueles que brevemente se tornarão nossos colegas, objetivando, dessa forma, o permanente incentivo ao debate.

Neste número encontra-se detalhada toda a programação comemorativa da nossa data maior, além da divulgação de trabalhos sobre **Avaliação de Documentos**, apresentados por Helena Corrêa Machado e Clairé de Sousa Pires.

Ressaltam-se os enfoques diferentes que foram dados ao assunto: o primeiro versa sobre os critérios gerais de seleção e avaliação, realçando o caráter interdisciplinar da mesma, tendo em vista as dificuldades de se determinar o valor dos documentos pela subjetividade que esta atividade encerra; o segundo aborda a matéria na área jurídica, enfatizando a legislação existente quanto aos prazos de prescrição de documentos.

Dando prosseguimento ao nosso trabalho, convém lembrar que o 5.º Congresso Brasileiro de Arquivologia, promovido pela AAB, a realizar-se de 17 a 22 de outubro de 1982, na Cidade do Rio de Janeiro, abrirá um novo espaço para o questionamento dos principais temas ligados à problemática arquivística.

Lia Temporal Malcher

Revista quadrimestral de divulgação da  
Associação dos Arquivistas Brasileiros

**Conselho Editorial**

Eloísa Helena Riani  
Helena Corrêa Machado  
José Lázaro de Souza Rosa  
José Pedro Pinto Esposel  
Maria de la E. de España Santos  
Maria Luíza S. Dannemann  
Marilena Leite Paes

**Redatora-Chefe**

Maria Amélia Gomes Leite

**Secretária**

Maria Odila Kahl Fonseca

**Editoração**

Edições Achiamé Ltda.  
Rua da Lapa, 180/gr. 1205-6  
Tel.: 222-0222  
Rio de Janeiro - RJ

**Composição**

Linótipo S/C Composições Gráficas

**Impressão**

Midas Ind. Gráficas Ltda.

**SUMÁRIO**

**Editorial 1**

**Estudos**

Os Arquivos e a Avaliação  
de Documentos 3  
Critérios de Avaliação de Documentos  
de Arquivo 10  
Avaliação de Documentos  
de Arquivo 13  
Os Arquivos e a Avaliação  
de Documentos 16  
Avaliação de Arquivos  
Contemporâneos 20

**Várias**

Formação Arquivística 28  
Os Arquivos e a Vida de Hoje 30

**Desburocratização**

Administração 32  
A Burocracia é uma Máquina Armada  
para Produzir Palavras e Papelório.  
E um subproduto: a memória  
nacional 33  
Os Caminhos da Desburocratização 35  
Informe 37  
Crônica 48

**ASSOCIAÇÃO  
DOS ARQUIVISTAS  
BRASILEIROS**

**Diretoria 1981-83**

**Presidente:**

Lia Temporal Malcher

**Vice-Presidente:**

Afonso Carlos Marques  
dos Santos

**1º Secretário:**

Maria Amélia Gomes Leite

**2º Secretário:**

Jaime Antunes da Silva

**1º Tesoureiro:**

Eliana Rezende F. de Mendonça

**2º Tesoureiro:**

Lúcia Maria de Oliveira

**Conselho Deliberativo**

Astréa de Moraes e Castro  
Gilda Nunes Pinto  
Helena Corrêa Machado  
Janine Resnikoff Diamante  
Maria Luíza S. Dannemann  
Marilena Leite Paes  
Myrthes da Silva Ferreira  
Raul do Rego Lima

**Suplentes**

Hélio dos Santos  
Jaime Antunes da Silva  
Maria Amélia Porto Migueis  
Martha Maria Gonçalves  
Maura Esândola Quinhões  
Paulo de Tarso R. D. Paes Leme

**Conselho Fiscal**

Fernando Salinas  
Maria de Lourdes da Costa  
e Souza  
Milton Machado

**Suplentes**

Eloísa Augusta Vieira  
de Almeida  
Marilúcia Ribeiro da Silva

Correspondência para  
**Arquivo & Administração**  
Praia de Botafogo, 186, sala B-217  
22253 Rio de Janeiro - RJ  
Tel.: 551-0748

Esta publicação está sendo  
subvencionada pelo Conselho Nacional  
de Desenvolvimento Científico e  
Tecnológico — CNPq.

Preços de assinaturas

Sócios da AAB distribuição gratuita

Não-sócios Cr\$ 300,00

Exemplar avulso  
ou atrasado Cr\$ 100,00

Distribuição: AAB

Deseamos permuta

Nous desirons échange

We are interest in exchange

Os artigos assinados são  
de inteira responsabilidade dos  
respectivos autores e não  
expressam necessariamente  
o pensamento da Associação  
dos Arquivistas Brasileiros ou  
dos redatores de  
**Arquivo & Administração.**  
Permitida a reprodução de  
artigos desde que seja  
observada a ética autoral que  
determina a indicação  
da fonte.

R. 25 FF

Arquivo & Administração v. 1- n. 0 1972-  
Rio de Janeiro, Associação dos Arquivistas Brasileiros.  
v. ilust. 28 cm quadrimestral.

Publicação oficial da Associação dos Arquivistas Brasileiros.

1. Arquivos — Periódicos. 2. Administração — Periódicos. I. Associação  
dos Arquivistas Brasileiros. II. Esposel, José Pedro Pinto. III. Machado,  
Helena Corrêa. IV. Paes, Marilena Leite. V. Vieira, Regina Alves. VI. Mal-  
cher, Lia Temporal.

CDD 025.171

Este periódico está registrado na SCDP-SR/GB do DPF, sob o nº 397/D. 20.493/46

ISSN 0100-2244

ministrativo como o político. Afinal, são anos e anos de prática burocratizante, exercida na mais honesta fé de ofício, mas que sem dúvida estabeleceram condicionamentos profundos e convicções

funcionais arraigadas que precisam ser eliminadas em nome de uma nova compreensão da importância e dignidade que a burocracia estatal pode e deve assumir na medida em que atenda eficaz-

mente sua real finalidade como prestadora de serviços ao público. Estamos confiantes de que também sob esse aspecto o Programa Nacional de Desburocratização exercerá sua influência.

## A BUROCRACIA É UMA MÁQUINA ARMADA PARA PRODUZIR PALAVRAS E PAPELÓRIO. E UM SUBPRODUTO: A MEMÓRIA NACIONAL\*

José Honório Rodrigues\*\*

O Ministro Hélio Beltrão, formado em Direito no Rio de Janeiro e em Administração nos Estados Unidos, é antes de tudo um burocrata. Ou um tecnocrata. Ou um administrador. Como queiram. Sua campanha atual de desburocratização tem aspectos muito positivos ao querer descentralizar as decisões secundárias do nível superior e ao libertar o cidadão comum dos entraves que a administração cria ao exercício de sua atividade e sobretudo no excesso de exigências desnecessárias, como os atestados, e as certidões e as autenticações que enchem os bolsos dos donos de cartórios, reminiscência colonial, proprietários de uma função pública, uma excercência da vida moderna.

Como sabem, o Brasil possuía várias características da época colonial que sobreviveram porque nunca houve no Brasil uma Revolução que rompesse com um passado obsoleto, como todas as grandes nações modernas. A Revolução inglesa (1642-1646, 1648), a americana (1763-1776 — independência declarada) — 1789), a francesa (1789-1799), a russa (1917), a chinesa (1928-1949), todas produziram transformações nas estruturas econômicas, nas relações de classe, no sistema político. No Brasil nenhuma Revolução foi vitoriosa, só as contra-revoluções, desde a Independência aos nossos dias. Os poderes dominantes tiveram sempre força, para conter as aspirações profundas de mudança e reverter os movimentos de modo a sustentar a classe dominante, seu sistema, e seus privilégios.

Daí o constante caráter conservador da minoria dominadora, a resistência à mudança, e sobretudo a sobrevivência

de resíduos patentes da era colonial. Muitos dos nossos males têm origem colonial e um deles, que nos interessa agora, é a existência de cartórios, dados a proprietários vitalícios, hereditários, quando se sabe que a maioria dos empregos públicos no Brasil colonial eram comprados ou dados por *pistolão* ou por propinas aos próprios Governadores e eram de propriedade de seus ocupantes e transmitidos aos seus herdeiros.

Feita essa referência histórica, é necessário recordar que foi Max Weber, o grande pensador, filósofo, historiador, sociólogo e economista, quem melhor definiu a burocracia e o burocratismo.

A burocracia desenvolveu-se com o capitalismo, e com ele o que o Ministro Hélio Beltrão chama desdenhosamente papelório, sinônimo de papelada, a revelar uma papelocracia, todas palavras registradas no *Dicionário* de Aurélio. Não vejo papelório registrado no nosso primeiro *Dicionário* de Moraes (1789, 1813) e sim papelada (multidão de papéis, despachos, requerimentos), nem o vejo no *Dicionário* de Aulete (1881), que dicionariza papelada, conjunto de muitos papéis, nem Antenor Nascentes lhe dá guarida (1932), mas o encontro no de Simões da Fonseca refundido por João Ribeiro (1926), com a explicação de "abundância de papéis escritos e inúteis. Papelada". E a abonação que lhe dá Aurélio a busca em Herberto Sales, autor moderno, dando-lhe dois sentidos: "Montão ou porção de papéis" e "papel ridículo, fiasco, papelão".

Vejam assim que papelório é palavra contemporânea, e não pode significar papel inútil, imprestável, como procedimento ridículo.

Evidentemente a expressão empregada pelo Ministro Hélio Beltrão teve este sentido: "Montão de papéis inúteis".

Ora, há aí evidentemente um grave perigo no uso repetido desta expressão qualitativa que historiadores e arquivis-

tas bem reconhecem. A confusão entre alhos e bugalhos pode resultar na depreciação, perdição ou destruição de papéis, pois as pessoas encarregadas de apreciá-los, decidir seu destino ou aniquilá-los não possuem autoridade ou qualificação próprias para decidir. Aí está o perigo e o alerta que desejamos lançar.

Em primeiro lugar convém ficar claro que os sistemas mais modernos de arquivos, tais como são os dos Estados Unidos e do Canadá, não permitem que a seleção e a destinação final de papéis públicos sejam decididas senão pela autoridade arquivista, com a sanção do Senado, nos Estados Unidos, baseado, é evidente, na opinião do Arquivo Nacional. Não se pode permitir que os ministros e chefes de repartição decidam o destino de papéis que constituem o patrimônio histórico nacional, protegidos por lei constitucional.

Em segundo lugar, a produção crescente de papéis é fruto do sistema capitalista, que criou a burocracia, embora esta exista também no sistema soviético.

A expansão das atividades públicas e privadas do sistema capitalista gerou uma burocracia crescente e criou uma administração pública e privada que só dirige com papéis e por papéis. Nada se faz oralmente. Tudo é dirigido por papéis para documentar e registrar as ordens e decisões tomadas.

O próprio regime capitalista não teria surgido sem o sistema de contabilidade arquivada, ou seja, a disciplina de registrar, classificar e sumariar as transações de uma empresa e de interpretar os seus resultados.

A explicação do processo de contabilidade de partida dobrada nasceu às vésperas do aparecimento do capitalismo na Itália, em 1494, num livro de Matemática escrito pelo monge Luca Pacioli. Os registros financeiros existiam em toda a civilização com base



\* Extraído do *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 4 nov. 1979. Caderno Especial, p. 6.

\*\* Professor dos Cursos de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense.

comercial, mas o método de partida dobrada começou com o desenvolvimento das repúblicas comerciais da Itália. Os primeiros livros de contabilidade de partida dobrada foram usados pela Liga Hanseática, pelas casas bancárias dos Médici e Fuggers e pelas grandes companhias marítimas como a das Índias Orientais, fundada na Holanda, nos primeiros dias capitalistas.

A inteireza do volume de Pacioli, com sua extensa discussão do débito e crédito o transformou no pioneiro da contabilidade de partida dobrada.

Mais tarde com a evolução maior do capitalismo, a Revolução Industrial se constituiu num poderoso estímulo à contabilidade e ao registro dos papéis das atividades comerciais.

Assim a crescente expansão comercial e econômica e a maior atividade do Estado fez crescer a produção de papéis privados e públicos.

Max Weber, no seu admirável estudo sobre as características da burocracia, escreveu que um dos princípios fundamentais desta é que a direção, a gerência do escritório moderno privado, empresarial ou público, estatal se baseia no documento escrito, no arquivo (*file*) ou ainda no fichário, a pasta de papéis organizada, que é preservado na sua forma original ou rascunhada ou contemporaneamente reproduzida do original.

Há assim uma equipe de funcionários ou escribas (oficiais administrativos) subalternos de toda espécie a ajudarem a organização e facilidade de consulta dos papéis.

O corpo de oficiais ativamente ocupados na oficina pública, com todo seu aparato de complementos materiais e fichários constituem o que se chamou *bureau*. Na empresa privada, o *bureau* é freqüentemente chamado *office*.

A palavra *bureau*, segundo Bloch e Wartburg, derivada de *bure* veio a significar no século XIII, a mesa de escrever, e dela derivou *bureaucrate* (burocrata, 1792) e *bureaucratie* (burocracia) criada pelo economista Vincent Gournay (1712-1759) e ainda o derivado *bureaucratique* (burocrático, 1796).

Já Paul Robert no seu *Dictionnaire* ensina praticamente o mesmo, embora seja mais claro. A palavra *bureau* vem de *bure* (tapete de mesa), significando "mesa sobre a qual se escreve, ou se trabalha". É uma *secretária* no sentido de móvel e não de pessoa. Um *bureau* é também um serviço com chefe, comissário, datilógrafo, empregado, secretária, garçom ou *boy*.

E ao definir burocracia Robert dá-lhe o sentido de "poder político dos *bureaux*" influência abusiva de administração e a assimila a tecnocracia.

Já o inglês *office* vem do latim *officium*, significando dever, a realização de uma função ou de um serviço. A palavra se despe do sentido burocrático comumente usado.

De princípio a moderna organização do serviço civil separa o *bureau* do domicílio privado do funcionário e, em geral, a burocracia segrega a atividade oficial como distinta da esfera de vida privada.

Foi com a economia monetária, que sucede ao feudalismo e precede ao que durou tanto tempo (1273-1483), havia a quase completa ausência de burocracia.

Escreveu Weber que a idéia de que as atividades burocráticas do Estado são inteiramente diferentes em caráter de gerência dos negócios privados é uma noção européia e por contraste inteiramente estranha ao sistema norte-americano.

A burocracia criou o sentimento de que a lealdade é devotada a propósitos impessoais e funcionais ao contrário da época feudal quando a lealdade era pessoal do vassalo ao senhor.

A posição pessoal do burocrata seja privado ou público, cria um sentimento de estima e posição social que era disputada e invejada pela classe média e média inferior.

As pressuposições e causas da burocracia surgiram com o sistema capitalista. A experiência histórica mostrou que este não poderia sobreviver sem uma estrutura burocrática. E este existe tanto no Estado, como na empresa privada.

O desenvolvimento quantitativo e qualitativo das tarefas administrativas exigiu uma burocracia cada vez maior e melhor qualificada. E para atender as exigências da organização técnica burocrática foi necessário dirigir, dar ordens, expedir determinação, regras, normas, de caráter escrito e não oral, daí resultando um oceano de papéis.

Nada, absolutamente nada se faz sem ordens escritas, sem papel. E se no mundo capitalista existem duas organizações produtoras de papel, o Estado e a empresa privada, ambas disputando a primazia na produção de papéis ou documentos, no sistema socialista, embora haja apenas um produtor de papéis públicos, a produção é igualmente muito grande.

A burocracia é um complemento indispensável do capitalismo e as grandes multinacionais, os oligópolis não fizeram senão aumentar a produção de papéis.

A concentração dos grandes conglomerados capitalistas não diminuiu a burocracia, nem a fabricação incontrolável de papéis, neste caso, privados. O crescimento das tarefas do Estado está tam-

bém fazendo aumentar a criação de documentos públicos.

A burocracia e a conseqüente expansão de papéis têm caráter permanente. Não é um fenômeno transitório, mesmo porque a burocracia cria uma posição de poder e invade todos os setores da organização pública, inclusive as Forças Armadas.

A racionalização que ela pretende imprimir aos negócios que superintende, públicos e privados, é um fator alegado a seu favor, sem contar o nivelamento social das diferenças econômicas e sociais que ela tenta formar, e que é importante nas democracias em geral. A burocratização rompeu linhagens, donos de posições estatais, existentes na época colonial, e pré-capitalista.

Em conclusão, a burocratização é filha do capitalismo, neta da multinacional, e sua força é tão grande, que com todos seus males, o socialismo já contém em si a burocratização e a União Soviética, com seu poder imenso, é um Estado social-burocrata.

Assim, o que importa é reconhecer que combater a crescente fabricação de papéis significa combater o sistema capitalista que o gerou, e não sei se o ilustre combatente Hélio Beltrão, membro distinto das multinacionais, num Estado autoritário militar que objetiva alcançar o capitalismo pleno, tem consciência da função contraditória que em grande parte representa.

Vejamos na prática o problema da produção de documentos públicos gerados pela burocracia.

A massa de produção documental datilografada e impressa, devido ao crescimento dos serviços públicos, a abundância legislativa e parlamentar em geral, as decisões e julgamento dos juízes e dos Tribunais, a difusão jornalística, a publicidade informativa comercial, e industrial, a divulgação estatística, os audiovisuais e os cassetes televisivos tornaram gigantesca a produção documental pública e privada.

Nada sabemos estatisticamente sobre essa produção de papéis. Os dados que possuo sobre dois grandes países, Estados Unidos e Inglaterra, embora atrasados, são suficientes para mostrar que é simplesmente fantástica a produção de papéis e documentos.

O cálculo da produção documental oficial norte-americana estimava em 4 milhões de pés cúbicos a produção anual de documentos, da qual um quarto é selecionada para retenção indefinida ou permanente no Arquivo Nacional. Como a capacidade deste é de 1 milhão de pés cúbicos, isso significa que seria necessário a construção anual de um edifício de igual capacidade somente para conservar os documentos públicos, pois o Arquivo Nacional dos Estados

Unidos só pode custodiar 1 milhão de metros cúbicos. Como não é possível construir um novo edifício anualmente, o único caminho consiste em completar e executar rigorosamente as tabelas de eliminação.

Mas vejam bem, isso é uma solução racional, adequada, dirigida pela autoridade própria e não o apelo latente e irracional à destruição sistemática de papéis públicos.

Nossos dados não são atuais, datam de 1960, e certamente hoje é possível que essa produção tenha duplicado, triplicado, mas a solução está determinada, e qualquer que seja o número, o caminho é o mesmo.

Assim também os dados referentes à Grã-Bretanha são de 1954. Num inquérito realizado por ordem da Rainha e apresentado pelo *Chancellor of Exchequer*, equivalente ao nosso Ministro da Justiça, verificou-se que eram necessários 200 mil pés cúbicos (cerca de 40 milhas) para guardar os documentos públicos desde a conquista normanda (1066) até aquela data, e que naquele ano, somente os documentos oficiais existentes nos Departamentos governamentais exigiam mais de 600 mil pés cúbicos (cerca de 120 milhas) de espaço para sua conservação. Deste modo, o acúmulo de material a preservar seria três vezes o já reunido no Public Records Office durante mil anos de história.

No Brasil, a produção documentada vem crescendo com o aumento da população, a expansão das atividades governamentais, e o desenvolvimento econômico.

As taxas de crescimento são mais que geométricas e recentemente Arnold Toynbee revelava que o conteúdo cúbico dos arquivos britânicos acumulados durante a guerra, de 1939 a 1945, era igual aos depósitos de toda a fase anterior da história britânica.

O crescimento gigantesco da produção documental devido ao desenvolvimento do serviço público e a publicação documental e de microfilmes e reproduções por xerox ou meios semelhantes tornaram esmagadoramente amplas as fontes da história moderna e contempo-

rânea. Só os arquivos do Ministério das Relações Exteriores da Alemanha capturados em 1945 representavam 400 toneladas de documentos, afora as 80 toneladas capturadas pelo Almirantado Briântico ao Almirantado Germânico.

A explosão dos documentos públicos e privados se deu com as novas formas de reprodução. Megatons (1 milhão de toneladas) de papéis e milhões de milhas de filmes são o resultado das indústrias de super informação. Uma nova geração de depósito e arquivamento emergiu para enfrentar as necessidades que continuam a crescer. Vastas quantidades de papéis de toda a espécie, as novas categorias de informação, microfilme, microficha e outros recentes desenvolvimentos continuam a ajudar a torrente de papéis, novas peças.

A sociedade capitalista tem duas fontes de produção documental: a pública e a privada; a sociedade socialista tem uma fonte única, mas é tão burocrática e produtora de papéis quanto sua antecedente. Daí a necessidade da empresa no sistema capitalista guardar em grandes depósitos organizados como os Arquivos Nacionais os seus papéis fundamentais. E ela financia esses depósitos, como conheço o de Chicago, com papéis empresariais. Desse modo, como conclusão geral a desburocratização pode oferecer muitas vantagens, tais como tem sido anunciadas pelo Ministro Hélio Beltrão, como a abolição de atestados desnecessários, do reconhecimento de firmas, a facilidade da autenticação, comparado o original com a cópia, e, sobretudo a confiança que deseja seja a base da relação Governo-povo. Acho que pelo seu comportamento histórico este bem merece lhe seja dada essa prova de confiança. Nele deve o Governo acreditar sempre como o povo no Governo e quando um ou outro se fizerem indignos desta confiança cometerão um perjúrio, e como tal merecem a pena grave, tal como Nixon, que por ter perjurado foi destituído da presidência da República.

Mas há nesta campanha latente, subrepticamente uma ação contra os papéis em geral, o que pode ocasionar graves conseqüências à preservação dos documentos de interesse nacional, pois

nela se imprime a impressão de que há excesso de papéis, em sua maioria inúteis, e que melhor fora se os destruíssemos. Há assim necessidade de que os arquivistas e historiadores advirtam as autoridades e o povo de que há neste esforço de desburocratização uma ameaça de destruição indiscriminada de papéis, afetando o patrimônio histórico nacional.

Ao mesmo tempo deve-se defender para as autoridades arquivistas a decisão sobre o destino de papéis públicos, e não permitir que Ministros e chefes de repartição decidam eliminar documentos do arquivo do Ministério da Agricultura, do depósito da Rua Venezuela do Ministério da Fazenda e os arquivos da Alfândega do Rio de Janeiro e de Paranaguá.

A destruição documental no Brasil tem sido tão grande, através dos séculos, por incêndio, displicência, desatenção, desrespeito histórico, que qualquer medida desta natureza pode representar um prejuízo enorme para a preservação da mal cuidada história brasileira.

É de se notar que enquanto o Ministro Hélio Beltrão, consciente ou inconscientemente, desencadeia uma campanha que ocultamente estimula a destruição documental, descontrolada, sem fiscalização de autoridades competentes — como se faz nos países onde o Arquivo é uma instituição modelar, como por exemplo nos Estados Unidos e no Canadá — o Governo lançou outra batalha pela televisão contra a destruição de papéis. Nesta, tenta-se defender a preservação da história brasileira, e não da memória, como se tornou usual dizer. Abomino esta palavra, que é um meio de desacreditar a História e de valorizar uma forma mental rudimentar, e uma maneira escrita elementar. A Memória petrifica, marmoriza, fossiliza, estratifica, enquanto a História é análise crítica reconstrutiva. Queremos preservar o patrimônio histórico. Desenvolver e estimular o sentimento de confiança num povo, que bem a merece, é o aspecto psicológico positivo da campanha Hélio Beltrão.

## OS CAMINHOS DA DESBUROCRATIZAÇÃO

● Assegurado pelo Ministro Beltrão o fim das trocas de plaquetas dos veículos. Nesse sentido já encaminhou projeto ao Congresso Nacional e garante desconhecer pressões por parte dos fabricantes, embora considere natural sua ocorrência.

O Programa Nacional de Desburocratização completou 2 anos no dia 15 de julho e o Ministro assim o define: A

burocracia é um problema secular e não se vai acabar com ela agora. O que se pretende é dar-lhe um golpe mortal de maneira a tornar o processo irreversível.

Ao fazer um balanço de suas atividades, Hélio Beltrão afirma: "A burocracia está intimamente ligada à corrupção, pois é a complicação burocrática

que gera a corrupção. A complicação burocrática, que está nas leis e nos regulamentos, deu origem ao intermediador legítimo, o despachante; já a complicação ilegítima faz aparecer o corrupto que entra em cena quando o despachante não consegue resolver a questão. O corrupto só desaparecerá quando diminuir a burocracia."